

**O TPI E SEU PAPEL NOS REGIMES AUTORITÁRIOS DA HISTÓRIA: COMO
O PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE DO TPI CONTRIBUI PARA A
PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DIANTE DA INEFICÁCIA ESTATAL
EM REGIMES AUTORITÁRIOS?**

**HELOISA BOTELHO FERREIRA
MANUELLA PONTEL GOUVÊA
RODRIGO SONCINI DE OLIVEIRA GUENA**

127

Resumo: Em regimes autoritários, graves violações de direitos humanos frequentemente ficam sem punição, pois a justiça interna é controlada, manipulada ou impedida de investigar autoridades governamentais. Nesse cenário, a justiça internacional surge como alternativa indispensável para combater a impunidade e dar voz às vítimas, assegurando a efetividade do direito internacional penal. O Tribunal Penal Internacional (TPI) foi criado com a finalidade de responsabilizar autores de crimes graves que afetam a humanidade, como genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, atuando como instância complementar às jurisdições nacionais. O objetivo central deste artigo é analisar como o princípio da complementaridade do TPI opera diante da ineficiência ou da inércia da justiça em regimes autoritários, equilibrando a soberania dos Estados com a necessidade de garantir a efetivação da justiça internacional. A metodologia utilizada baseia-se no estudo de casos emblemáticos em que o TPI interveio, destacando, em especial, a situação do Afeganistão, cuja investigação foi aberta para averiguar acusações de crimes de guerra e contra a humanidade que vêm sendo cometidos no território nacional. A análise dos casos demonstra que, embora limitado em recursos e alcance, o TPI representa um mecanismo essencial contra a manipulação da justiça por governos autoritários. Seu acionamento ocorre sempre que os Estados se mostram omissos, incapazes ou coniventes, garantindo que crimes internacionais não permaneçam impunes. Conclui-se que o princípio da complementaridade fortalece a justiça global, equilibrando soberania estatal e responsabilização internacional, constituindo não apenas uma técnica jurídica, mas um verdadeiro instrumento de proteção da humanidade frente à impunidade.

Palavras-chave: direitos humanos; justiça internacional; regimes autoritários; Tribunal Penal Internacional (TPI)

Referências:

BBC NEWS BRASIL. **Afeganistão:** a história de um país em ponto estratégico apelidado de 'cemitério de impérios'. BBC News Brasil, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57516844>. Acesso em: 13 set. 2025.

GOUVEIA, A. A. **Tribunal penal internacional:** a complementariedade da jurisdição penal internacional em face do estado ineficaz na proteção de direitos humanos. Unicap.br, 2025. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/415>. Acesso em: 13 set. 2025.

ONU NEWS. Tribunal Penal Internacional vai investigar crimes de guerra no Afeganistão. ONU News, 5 mar. 2020. Disponível em:
<https://share.google/rYA1ofLMflTs8QYy1>. Acesso em: 13 set. 2025.

SCHABAS, William A. **An introduction to the International Criminal Court.** 6. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. Disponível em:
<https://www.cambridge.org/core/books/an-introduction-to-the-international-criminal-court/49ECD7C86898655A241F37ED10A7090A>. Acesso em: 13 set. 2025.

128

O USO DO MARKETING DE INFLUÊNCIA NO RECONHECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DE MARCAS E EMPRESAS

**ANDRÉ LUIZ RAMOS LANÇONI
BRUNO HARA MOTA
RAFAEL GREGUI**

129

Resumo: O marketing de influência consolidou-se como uma das principais estratégias de promoção de marcas na era digital, destacando-se por sua capacidade de aproximar consumidores de empresas através da credibilidade e da imagem de influenciadores. Este estudo tem como objetivo analisar de que forma essa prática contribui para o reconhecimento e a consolidação de marcas, evidenciando seus mecanismos de eficácia e as implicações gerenciais envolvidas. A metodologia adotada foi qualitativa, exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica abrangendo o período de 2018 a 2025, complementada por um estudo de caso da cantora e influenciadora Anitta. Foram analisadas suas parcerias com grandes empresas, como Rexona, Nubank, Mercado Pago, Cimed, Kenner e Beats, com atenção especial à forma como essas colaborações impactam o engajamento do público e o posicionamento da marca. Os resultados demonstram que a efetividade do marketing de influência depende da combinação de fatores como autenticidade do influenciador, alinhamento com os valores da marca, construção de narrativas consistentes e utilização de métricas orientadas a resultados, incluindo alcance, engajamento, conversão e fortalecimento de brand equity. Observa-se também uma tendência de evolução de contratos pontuais para colaborações de longo prazo, incluindo cocriação de produtos e experiências de marca mais integradas. Além disso, desafios éticos e legais se mostraram relevantes, exigindo transparência e conformidade regulatória, especialmente em setores sensíveis como bebidas alcoólicas. Concluiu-se que, quando estruturado sobre bases teóricas sólidas, métricas confiáveis e estratégias bem planejadas, o marketing de influência é capaz de gerar valor significativo para marcas. O estudo de caso de Anitta exemplifica como o alinhamento estratégico e a integração da narrativa pessoal do influenciador podem fortalecer o reconhecimento e a consolidação de uma marca, demonstrando seu potencial transformador no marketing contemporâneo.

Palavras-chave: Anitta; branding; colaborações; marketing de influência

Referências:

ADNEWS. **Anitta e Rexona lançam campanha para o Carnaval.** AdNews ; Criatividade, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://adnews.com.br/anitta-e-rexona-lancam-campanha-para-o-carnaval/>. Acesso em: 9 maio 2025.

CNN BRASIL. **Anitta e Kenner:** coleção traz sandália inspirada em “biquíni à mostra”. CNN Brasil - Lifestyle, 22 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/lifestyle/anitta-e-kenner-colecao-traz-sandalia-inspirada-em-biquini-a-mostra/>. Acesso em: 8 maio 2025.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing.** 17. ed. São Paulo: Pearson, 2018.

MEIO & MENSAGEM. Com Anitta, Cimed estreia categoria de perfume íntimo.

Meio&Mensagem - Marketing, 28 jul. 2022. Disponível em:

<https://www.meioemensagem.com.br/marketing/com-anitta-cimed-leva-perfume-intimo-para-as-farmacias>. Acesso em: 7 maio 2025.

130

OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR ALUNOS COM SÍNDROME DE TOURETTE NO ENSINO FUNDAMENTAL I**LAURA CRISTIANE DANTAS AMBRÓZIO****THAINA MARIA CIPRIANO DA SILVA****LÚCIA HELENA MENOIA DA SILVA**

131

Resumo: A Síndrome de Tourette (ST) é um transtorno neuropsiquiátrico que se manifesta por meio de tiques motores e vocais involuntários, afetando cerca de 1% da população mundial. No Ensino Fundamental I, um período importante para a alfabetização e escrita, essas manifestações tornam o processo de aprendizagem ainda mais desafiador, trazendo também implicações na socialização e no convívio escolar. Por isso, compreender as dificuldades enfrentadas por estudantes com ST torna-se essencial para promover uma educação mais inclusiva e sensível às suas necessidades. O presente artigo tem como objetivo investigar os principais desafios vivenciados por alunos com ST no Ensino Fundamental I, incluindo os aspectos ligados à leitura, escrita e comunicação, além de analisar impactos na socialização, situações de bullying e estratégias pedagógicas de apoio que possam favorecer a inclusão e o desempenho escolar desses estudantes. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, realizada por meio de um questionário on-line com 24 participantes. Dentre eles, 14 eram pais de crianças diagnosticadas com ST e 10 eram pessoas com a síndrome, que frequentaram o Ensino Fundamental I. Foram avaliados fatores como dificuldades na escrita, fala, participação em sala de aula, convivência com colegas e apoio da gestão escolar, considerando ainda diferenças entre escolas públicas e privadas e mudanças ao longo do tempo. Os resultados apontaram que alunos com ST enfrentam obstáculos significativos na alfabetização e na escrita, devido ao cansaço gerado pelos tiques, à dificuldade de concentração e à falta de coordenação motora. Além disso, tiques vocais como a ecolalia impactam diretamente a comunicação, gerando frustrações em atividades que exigem exposição oral. O estudo também revelou experiências variadas na convivência escolar, enquanto alguns alunos relataram acolhimento de colegas, muitos foram alvo de bullying, exclusão e até agressões, o que afetou de forma negativa sua autoestima e seu desempenho acadêmico. Esses relatos reforçam a importância da conscientização e da capacitação dos professores e da comunidade escolar. Conclui-se que os desafios enfrentados por estudantes com Síndrome de Tourette vão além das barreiras de aprendizagem, alcançando dimensões sociais e emocionais que interferem no desenvolvimento integral da criança. A pesquisa evidencia a urgência de práticas pedagógicas inclusivas, estratégias de conscientização contra o bullying e suporte adequado das escolas, para que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e possam vivenciar a escola como um espaço de crescimento, acolhimento e inclusivo.

Palavras-chave: aprendizagem; bullying; ensino fundamental I; inclusão escolar.**Referências:**

BETANCES, E. M.; CARUGNO, P. Coprolalia. In: STAT PEARLS. A Ilha do Tesouro (FL): StatPearls Publishing; jan. 2025. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/>. Acesso em: 2 setembro. 2025.

CASTILLO, J. C. R.; CASTILLO, A. R. G. L.; SOUZA, T. F. de. Uma palavra aos professores. In: CASTILLO, José Carlos Ramos; CASTILLO, Ana Regina Geciauskas Lage; SOUZA, Thellma Figueiredo de. **Tiques, cacoetes, síndrome de Tourette:** um manual para pacientes, seus familiares, educadores e profissionais de saúde. Porto Alegre: Artmed, 2012. Cap. 13.

FERNANDES, P. Resumo de Síndrome de Tourette: conceito, quadro clínico e mais! **Estratégia MED**, 24 set. 2024. Disponível em:
<https://med.estategia.com/portal/conteudos-gratis/doencas/resumo-de-sindrome-de-tourette-conceito-quadro-clinico-e-mais/>. Acesso em: 21 maio 2025.

HOUNIE, A.; PETRIBÚ, K. Síndrome de Tourette: revisão bibliográfica e relato de casos. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 21, n. 1, p. 50-63, mar. 1999. DOI: 10.1590/S1516-44461999000100011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbp/a/sf5qQcz4tPphWzrSqTQmYWr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 setembro 2025.

**OS ENUNCIADOS DO FONAJE: UM EXAME CRÍTICO DE SUA NATUREZA
NORMATIVA E POTENCIAL IMPACTO NA COERÊNCIA E INTEGRIDADE
DO DIREITO NOS JUIZADOS ESPECIAIS****ANA BEATRIZ RODOLFO TRINDADE
BRUNO HENRIQUE PROCÓPIO SILVA**

133

Resumo: Os Juizados Especiais Cíveis (JECs), estabelecidos pela Lei nº 9.099/95, são fundamentais para efetivar o acesso à justiça no Brasil, promovendo celeridade, informalidade e simplificação processual. Nesse ecossistema, os enunciados do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE) emergem como instrumentos concebidos para uniformizar entendimentos, otimizar a aplicação do direito e orientar a prática forense em um contexto de massificação de litígios. Apesar de buscarem otimizar a prestação jurisdicional e fomentar a segurança jurídica, sua natureza não vinculante formal, confrontada com sua aplicação prática quase imperativa e a percepção de sua autoridade por operadores do direito, levanta questionamentos que ultrapassam os limites entre a simplificação necessária e o risco de banalização de conceitos jurídicos complexos, a potencial restrição ao livre convencimento motivado do juiz e o impacto na coerência e integridade do ordenamento jurídico. Este estudo tem como objetivo principal examinar a natureza jurídica dos enunciados do FONAJE e seu papel no sistema dos JECs, avaliando as implicações teóricas e principiológicas de sua aplicação. Busca-se investigar em que medida esses enunciados podem, em tese, afetar a profundidade da análise jurídica, a coerência do sistema e a autonomia judicial, com especial atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa, da segurança jurídica e da isonomia. Utilizou-se o método hipotético-dedutivo, partindo da premissa de que a aplicação dos enunciados, caso não balizada por uma análise rigorosa, pode gerar tensões com princípios e institutos jurídicos fundamentais, comprometendo a qualidade da tutela jurisdicional. A pesquisa, de natureza não-empírica, empregou o método bibliográfico, englobando doutrina, trabalhos acadêmicos e artigos científicos em periódicos jurídicos. Ainda, utilizou o método documental, examinando a legislação pertinente, os próprios enunciados do FONAJE, súmulas e precedentes qualificados dos tribunais superiores. O trabalho possibilitou identificar os cenários teóricos em que a aplicação dos enunciados se harmoniza com os princípios jurídicos e aqueles em que pode representar uma simplificação excessiva, levando à aplicação mecânica do direito e comprometendo a análise jurídica substancial, desconsiderando as particularidades fáticas e jurídicas de cada caso. Concluiu-se, assim, que este artigo aprofunda a compreensão da complexa relação entre a instrumentalidade e a legitimidade dos enunciados do FONAJE e a imperativa necessidade de preservação da integridade e coerência do sistema jurídico nos JECs. O equilíbrio entre a busca por celeridade processual e a efetiva realização da justiça material exige que a aplicação dos enunciados respeite a complexidade intrínseca do direito e os princípios fundamentais do ordenamento jurídico, evitando-se que a simplificação se converta em uma banalização que comprometa a qualidade da prestação jurisdicional.

Palavras-chave: acesso à justiça; enunciados FONAJE; Juizados Especiais Cíveis; segurança jurídica.

Referências:

ROCHA, Felippe B. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais:** teoria e prática. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559772711. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772711/>. Acesso em: 17 set. 2025.

134

THAMAY, Rennan; JUNIOR, Vanderlei G.; JR., Clóvis Smith F. **Precedentes Judiciais.** Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book. p.5. ISBN 9786555598469. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598469/>. Acesso em: 17 set. 2025.

LUCENA, Fernanda Azevedo. **Acesso à justiça e gestão judiciária:** uma análise a partir dos enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais. 2022. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito Econômico e Desenvolvimento) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br//handle/123456789/4011>. Acesso em: 17 set. 2025.

LINHARES, Erick; HONÓRIO, Maria do Carmo. FONAJE - 21 anos de enunciados estabilizando a jurisprudência dos Juizados Especiais. **Direito em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 205-210, 2º sem. 2018. Disponível em: <https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemmovimento/article/view/317/91>. Acesso em: 17 set. 2025.

**OS REFLEXOS DO PACOTE ANTICRIME NO TEMPO DE CUMPRIMENTO
MÁXIMO DA PENA NO BRASIL**

**CAMILLE SILVA GRANGIERI
RENATA LACERDA BORGES SCAMATI
SILVIA BRANDAO CUENCA STIPP**

135

Resumo: O ordenamento jurídico brasileiro pelo seu caráter coativo, naturalmente se reveste de inúmeras alterações legais, o que gera discussões ativas, acerca dos reflexos positivos ou não, no âmbito do alcance pretendido com as modificações e a realidade prática superveniente encontrada. Deste vértice, o pacote anticrime é um destes instrumentos legais alterados que repercute desde a sua entrada em vigor até o momento presente quanto a real eficácia pretendida e alcançada. Ponto de ampla controvérsia se verifica com a mudança realizada por esta normativa no âmbito do caput, bem como, do parágrafo 1º do artigo 75 do Código Penal, que elevou a pena máxima do teto de 30 para 40 anos. O objetivo deste estudo é analisar a mudança legal no tempo máximo de cumprimento de pena trazido pelo pacote anticrime e seus reflexos no seio social; visando refletir principalmente se, essa elevação, tendo em vista a expectativa média de vida do brasileiro coaduna à proibição constitucional de penas perpétuas, haja vista que essa alteração na prática pode significar uma pena de caráter perpétuo para parcela da população, especialmente as alcançadas pelas vulnerabilidades, a qual reduz o tempo hábil da expectativa de vida, diga-se de passagem, a maior cota constante do sistema prisional atual. A metodologia apresenta uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa a qual se baseou na análise de doutrina jurídica, artigos científicos jurídicos sobre o tema, dados de órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de refletir com robustez sobre as modificações promovidas pela Lei nº 13.964/2019 e seus impactos constitucionais e sociais. Nesta toada, presume-se que a Lei cumpriu seu papel de adequar o teto da pena máxima à evolução demográfica, pois, segundo o IBGE, houve significativo aumento da expectativa de vida da população brasileira que passou de 50 anos na década de 1940 quando o atual Código Penal foi redigido, para 76 anos da atualidade. todavia, a mudança traz questionamentos acerca da ofensividade implícita à vedação da pena perpétua e os reais propósitos da sua ressocialização, já que o indivíduo poderá não ser efetivamente reintegrado ao convívio social, visto que, no contexto de desigualdades e vulnerabilidades, essa mudança significativa no ordenamento jurídico, elevando o limite máximo de cumprimento de pena privativa de liberdade de 30 para 40 anos pode configurar uma pena perpétua porque muitos condenados nem chegam a completá-la devido às condições carcerárias. Se, por um lado, a medida busca adequar o sistema penal à evolução demográfica e ao aumento da expectativa de vida, por outro, suscita relevantes questionamentos constitucionais e sociais, pois em determinados contextos, acaba configurando a vedada pena de caráter perpétuo, contrariando o Corpo Magno e comprometendo a função ressocializadora da pena. Conclui-se que a mudança, embora juridicamente válida, deve ser acompanhada de políticas públicas voltadas à melhoria do sistema prisional, sob risco de representar apenas um endurecimento punitivo ineficaz e desumano.

Palavras-chave: expectativa de vida; pacote anticrime; pena; ressocialização.

Referências:

BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

136

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos. **Agência IBGE Notícias**, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SOUZA, Renee do Ó; LINS, Caroline de Assis e Silva Holmes. **A Lei 13.964/2019 e as modificações no Código Penal**. Lei Anticrime. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

TAVARES, Marcelo Leonardo. A irretroatividade das normas. **Revista da EMERJ**, v.9, n.34, 2006. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista34/revista34_65.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

PARQUE LINEAR DO CÓRREGO SANTA VITÓRIA: INTERLÚDIO ENTRE CIDADE, NATUREZA E MEMÓRIA

FABIANA SILVA GUIMARÃES
AMALIA LUIZA POIANI GOMES BERALDI
ANDREA PENHA GREGORIO VASCONCELOS

137

Resumo: O crescimento populacional e a urbanização desordenada têm intensificado problemas como a redução das áreas verdes, a poluição e os efeitos das mudanças climáticas. Nesse contexto, a criação de espaços públicos torna-se essencial para a melhoria da qualidade de vida urbana. Os parques lineares surgem como alternativa sustentável, pois ao se integrarem a cursos d'água e outras infraestruturas urbanas, oferecem benefícios como a redução da poluição, a regulação da temperatura, a preservação da biodiversidade e a criação de locais de lazer, contemplação e conexão com a natureza. Esses fatores são fundamentais para o bem-estar físico e mental da população, uma vez que a qualidade de vida urbana está diretamente relacionada a aspectos ambientais, sociais e de infraestrutura. A partir dessa proposição, esta pesquisa objetiva propor a criação de um parque linear no município de Santa Vitória, localizado no estado de Minas Gerais, região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, visando promover qualidade de vida à população por meio de experiências que integrem lazer, contemplação e bem-estar. A proposta busca revitalizar as margens do Córrego Santa Vitória, implantar infraestrutura voltada à mobilidade e ao lazer, valorizar o patrimônio ambiental e cultural, além de fortalecer a integração social, estimulando a participação comunitária na preservação e no uso sustentável do espaço. A metodologia utilizada foi composta por revisão bibliográfica, análise de estudos de caso, consulta a dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Santa Vitória, além de pesquisas de campo, registros fotográficos e levantamentos cartográficos, que forneceram suporte técnico à proposta. Os resultados indicaram que a implantação de um parque linear às margens do Córrego Santa Vitória apresenta viabilidade técnica e social, configurando-se como estratégia eficaz para a requalificação urbana. A análise evidenciou benefícios como a recuperação da mata ciliar, a ampliação das áreas de lazer e contemplação, a valorização ambiental e cultural do espaço, bem como a promoção da mobilidade sustentável. Constatou-se, ainda, que a proposta contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, integrando aspectos ecológicos, sociais e urbanísticos. Conclui-se que o parque linear constitui uma solução urbanística sustentável, capaz de integrar preservação ambiental, infraestrutura de lazer e mobilidade, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade local e o convívio social. Assim, a proposta mostra-se relevante para a promoção do bem-estar coletivo e para o desenvolvimento equilibrado da cidade de Santa Vitória.

Palavras-chave: parque linear; sustentabilidade; qualidade de vida; preservação ambiental.

Referências:

ALOMÁ, Patricia R. O espaço público, esse protagonista da cidade. **ArchDaily Brasil**, 19 dez. 2013. ISSN 0719-8906. Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FRIEDRICH, D. O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas. 2007. 273 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) ; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13175>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

138

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015. 117 p.

LONDE, Patrícia R.; MENDONÇA, Mauro das G. Espaços livres públicos: relações entre meio ambiente, função social e mobilidade urbana. **Caminhos de Geografia - Revista on-line, Instituto de Geografia/UFU**, v. 15, n. 49, mar. 2014. ISSN 1678-6343. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PATRIMÔNIO DIGITAL MUSICAL E TRIBUTAÇÃO: DESAFIOS FISCAIS NA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA PÓS-MORTE DO ARTISTA

**ANA CLARA DA SILVA PEREIRA
TAMIRIS BARROS DE CARVALHO
RENATA LACERDA BORGES SCAMATI**

139

Resumo: A era digital revolucionou a forma de criação, distribuição e consumo de obras musicais, permitindo que o conteúdo artístico continue sendo explorado economicamente mesmo após a morte de seu criador. Nesse contexto, surge o conceito de patrimônio digital musical, que abrange composições, fonogramas, videoclipes, perfis digitais, direitos autorais, canais monetizados e o uso da imagem e da voz do artista em plataformas digitais. A exploração econômica desse patrimônio pós-morte levanta desafios jurídicos e fiscais inéditos, sobretudo quanto à definição da natureza das receitas geradas: herança, exercício de direitos autorais, rendimento de capital ou atividade empresarial conduzida pelos herdeiros. A ausência de regulamentação específica compromete a segurança jurídica dos sucessores e do próprio Estado, responsável pela tributação. Soma-se a isso a complexidade internacional, já que grande parte das receitas decorre de plataformas estrangeiras como Spotify, YouTube, TikTok e Apple Music, dificultando o controle fiscal e a arrecadação. O objetivo geral da pesquisa é analisar os impactos da ausência de regulamentação sobre o patrimônio digital musical pós-morte, identificando suas consequências jurídicas, sucessórias e tributárias. Como objetivos específicos, busca-se levantar dados e casos concretos de exploração econômica de obras musicais digitais após a morte dos artistas além de discutir o conflito entre a proteção do legado artístico, a arrecadação fiscal e a justa transmissão da herança; além de examinar a compatibilidade do regime sucessório e tributário atual com a realidade digital; e propor alternativas normativas que possibilitem maior segurança jurídica aos herdeiros e efetividade à arrecadação estatal. Este estudo adota o método dedutivo como eixo estruturante da investigação. A partir da formulação de pressupostos teóricos amplos envolvendo os campos da sucessão, da propriedade intelectual, do direito digital e da tributação desenvolve-se uma análise que se volta, progressivamente, para situações concretas. A proposta é transitar do plano abstrato do direito para suas manifestações práticas, buscando compreender como tais categorias interagem diante de novos desafios jurídicos contemporâneos. Utiliza-se pesquisa bibliográfica e documental multidisciplinar, envolvendo obras jurídicas, relatórios internacionais, artigos científicos e análise jurisprudencial. Os resultados preliminares apontam que, diante da ausência de normatização, o patrimônio digital musical encontra-se em um limbo jurídico e tributário, gerando insegurança para os herdeiros, espaço para litígios prolongados e risco de evasão fiscal. Observa-se também a necessidade de cooperação internacional, uma vez que as principais plataformas digitais que concentram receitas pós-morte são estrangeiras, o que dificulta a fiscalização e a tributação no Brasil. Conclui-se que a exploração econômica do patrimônio digital musical impõe a construção de um marco normativo específico, que atualize as normas sucessórias e tributárias, compatibilizando-as com a economia digital. Tal avanço legislativo é imprescindível para assegurar a proteção do legado artístico, a

segurança dos sucessores e a justiça fiscal, em respeito ao princípio da capacidade contributiva e à função social da propriedade intelectual.

Palavras-chave: direitos autorais; exploração econômica; patrimônio digital; tributação.

Referências:

COSTA, Marcelo. Legado digital no planejamento sucessório. **Conjur**, 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-ago-15/legado-digital-no-planejamento-sucessorio/>. Acesso em: 16 de set 2025.

140

FOSSATI; NARRAVO, Gustavo; Guilherme. **Tributação da economia digital na esfera federal**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2021.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito das Sucessões. 10 ed. São Paulo: Forense, 2017.

PERÍCIA CONTÁBIL: A ATUAÇÃO DO PERITO EM PROCESSOS TRABALHISTAS**THAINA MOREIRA DE OLIVEIRA BRAGA
RODRIGO BERTOLOZZI**

141

Resumo: A perícia contábil é um procedimento técnico e científico que tem como finalidade esclarecer fatos de natureza patrimonial, financeira e trabalhista, fornecendo subsídios objetivos ao magistrado na busca por decisões justas e fundamentadas. Trata-se de um instrumento essencial da prova judicial, cujo laudo apresenta-se como elemento capaz de reduzir incertezas e conferir maior segurança técnica ao processo. No campo da Justiça do Trabalho, a importância da perícia contábil intensificou-se após a Constituição Federal de 1988, a qual ampliou os direitos sociais e trabalhistas, tornando mais complexos os cálculos relacionados às verbas rescisórias, adicionais legais e demais benefícios previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse cenário exige a presença de profissionais especializados, aptos a lidar com situações que envolvem alto grau de complexidade técnica e grande impacto social. O objetivo central desta pesquisa foi analisar a atuação do perito contábil em processos trabalhistas, com destaque para os desafios enfrentados no exercício dessa função. Entre as principais dificuldades identificadas, destacaram-se a ausência ou insuficiência de documentos fornecidos pelas partes, bem como falhas ainda observadas na formação acadêmica e profissional de alguns peritos. Além disso, constatou-se que a falta de padronização nos procedimentos periciais pôde gerar divergências significativas nos resultados, comprometendo a uniformidade das decisões judiciais. A metodologia utilizada foi de caráter aplicado, com abordagem quantitativa e qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário eletrônico estruturado, que contou com perguntas abertas e fechadas, organizadas em quatro blocos temáticos: perfil dos respondentes, atuação técnica, desafios e percepções, e sugestões de aprimoramento. A amostra caracterizou-se como não probabilística por conveniência e foi composta por 16 profissionais de peritos contadores e advogados atuantes na área trabalhista, selecionados de acordo com a disponibilidade e a expertise no tema. Os resultados evidenciaram consenso entre os participantes quanto à importância da perícia contábil para assegurar equilíbrio técnico nas demandas trabalhistas. Observou-se que a maioria dos peritos utilizava planilhas eletrônicas como principal instrumento de cálculo, o que demonstrou adaptação às ferramentas tecnológicas disponíveis. Contudo, desafios recorrentes persistiram, como a insuficiência documental e a imprecisão de algumas sentenças judiciais, fatores que dificultaram a elaboração dos laudos e comprometeram a clareza das conclusões. Ainda assim, os respondentes manifestaram percepção positiva em relação à aceitação dos laudos pelos magistrados, bem como reconhecimento da capacitação técnica dos profissionais que atuaram na área. Concluiu-se que a perícia contábil desempenha papel essencial na efetivação dos direitos trabalhistas e no fortalecimento da justiça social, configurando-se como um pilar indispensável na solução de litígios.

Palavras-chave: cálculos judiciais; direitos trabalhistas; justiça do trabalho; perícia contábil, perito contador.

Referências:

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 142

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 9 ago. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm . Acesso em: 10 jun. 2025.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 37. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

PERÍCIA TRABALHISTA

MONIELE APARECIDA FERRARI
LUCAS CALDEIRA GUIRALDELLI

Resumo: A perícia trabalhista é um recurso essencial no Direito do Trabalho, pois fornece subsídios técnicos que auxiliam o juiz na análise de questões que ultrapassam o conhecimento jurídico, como cálculos de débitos, condições de trabalho e diferenças salariais. Nesse contexto, o perito contador assume papel de destaque, contribuindo com imparcialidade, ética e rigor técnico. Este estudo teve como objetivo analisar a relevância da atuação do perito contador no âmbito da Justiça do Trabalho, destacando suas funções, responsabilidades e contribuições para a produção de provas técnicas que embasam decisões judiciais. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica acerca do papel da perícia contábil trabalhista e da aplicação de um questionário direcionado a participantes da área, buscando compreender o nível de percepção sobre a função do perito. Os resultados evidenciaram consenso quanto à importância da análise e interpretação de documentos contábeis e da legislação como base de legitimidade da perícia. Além disso, destacou-se a distinção entre contador e perito, sendo este último responsável por análises retrospectivas em processos judiciais. Contudo, verificou-se que há lacunas quanto à compreensão dos limites da atuação do perito em relação ao juiz e sobre o papel da escrituração contábil. Conclui-se que a perícia trabalhista é fundamental para a proteção de direitos, o equilíbrio técnico entre as partes e a consolidação de decisões mais justas e transparentes. O estudo reforça a importância da atuação ética e imparcial do perito contador, que contribui significativamente para a credibilidade e legitimidade da Justiça do Trabalho.

143

Palavras-chave: justiça do trabalho; laudo pericial; perito contábil; perito trabalhista.

Referências:

ALVES, Enio Gomes. **A percepção dos contadores sobre a importância da Perícia contábil nas decisões judiciais.** Cacoal- RO, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Rondônia. Disponível em <<https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/179#:~:text=https%3A//ri.unir.br/jspui/handle/123456789/179>> ; Acesso em 26 jun. 2025.

BOTTINI, Luciane. Perícia trabalhista: entenda o processo e seus impactos nos direitos do trabalhador. **JusBrasil**, 8 abr. 2024. Disponível em : <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/pericia-trabalhista-entenda-o-processo-e-seus-impactos-nos-direitos-do-trabalhador/2303973335> . Acesso em: 08 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC PP 01 - Perito Contábil.** Brasília, 19 mar. 2015. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-pp-do-perito-contabil> .Acesso em 09 set.2025.

VILAÇA SERVIÇOS CONTÁBEIS. Você sabe qual a diferença entre a Auditoria e Perícia Contábil? 16 dez. 2021. Disponível em:
<https://vilacaservicoscontabeis.com.br/auditoria-e-pericia-contabil-diferencias> . Acesso em: 14 jul. 2025

PERSONALIDADES PERIGOSAS: COMO SOBREVIVER A PESSOAS TÓXICAS

**GIOVANNA AUGUSTA MACUL CAMBRAINHA
LAÍSA DE OLIVEIRA INOCENCIO
NOEMI FAVARO HASUNUMA DA SILVA
RENATA LACERDA BORGES SCAMATI
SILVIA BRANDAO CUENCA STIPP**

145

Resumo: O comportamento humano apresenta uma vasta visão de manifestações que refletem tanto aspectos construtivos quanto destrutivos da convivência social. De acordo com Navarro (2023), existem dois tipos de pessoas no mundo, as que enchem seu copo e as que esvaziam. Esse segundo tipo pode ser chamado de desviantes, segundo Becker (2008), elas são as que machucam mais as pessoas, são responsáveis por crimes, tormentos, aflições, perdas financeiras, assim como perda de vidas. Dentro da sociedade essas pessoas muitas das vezes passam despercebidas, até mesmo pessoas que convivem assiduamente percebem tarde demais com quem estão lidando. O objetivo do artigo é alertar e ensinar a reconhecer esses caracteres nocivos, como: manipulador, controlador, explosivo, agressivo, paranoico; conforme Silvia (2022), indivíduos com personalidades tóxicas apresentam padrões comportamentais que provocam sofrimento emocional e manipulação contínua nas relações interpessoais, exigindo atenção e observação detalhada daqueles que o cercam. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura bibliográfica descritiva, com leitura de obras pertinentes ao tema, onde mostravam uma análise de comportamentos, ações recorrentes dessas pessoas e o jeito que prejudicavam mentalmente aqueles que conviviam. Além disso, foram feitos estudos de casos obtidos por meio de relatos e análises apresentados nessas obras, mostrando na prática como agem e como identificá-las. A pesquisa verificou que existem quatro personalidades que se destacam: narcisista, emocionalmente instável, paranoide e o predador. Seus alvos são variados, mas os resultados sempre os mesmos. Conforme criminólogos especialistas em perfil criminal, o segredo para obter um quadro mais completo é não tentar classificar alguém desde o princípio, e, sim deixar o comportamento falar por si próprio. Todos esses tipos de persona residem em um espectro amplo que vai do mais brando ao mais duro, do fraco ao forte, do irritante ao impossível, do difícil ao tóxico e até mesmo perigoso, mas há pessoas que se recusam a enxergar o que está na frente delas ou são tão parciais que é como se estivessem cegas e é nesse meio que o crime ocorre. Essas pessoas são altamente destrutivas, instáveis, egoístas, porém não precisam matar ou machucar centenas ou milhares para serem perigosas, começa em algo pequeno até que se resulta em algo grande. Assim, seus familiares, amigos e vizinhos podem estar se escondendo em uma máscara de gentileza, o que se difere da verdadeira bondade como mostra o livro Personalidades Perigosas (2023), escondendo ali um perigo eminentemente. Dessa forma, uma observação mais acentuada, e detalhada, listando pontos, comportamentos e até mesmo procurar profissionais da área, pode eludir abusos psicológicos e físicos.

Palavras-chave: comportamento; espectro; observação; paranoico.

Referências:

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica do direito penal:** introdução à sociologia do direito penal. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NAVARRO, Joe. **Personalidades perigosas.** Rio de Janeiro: Darkside Books, 2023.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes perigosas:** o psicopata mora ao lado.. 17. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2022.

PIBID: BRINCAR PARA APRENDER - A LUDICIDADE COMO PORTA DE ENTRADA PARA O LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**ANA JULIA DOS SANTOS ZANCANE****ANA MARIA BUENO MARTINS****KAUANNY BOZZA****LUBIA RODRIGUES DA SILVA SUZUKI****MIQUÉIAS SALES FIGUEIREDO****TARSILA DONINI QUATROCHI**

147

Resumo: No processo de ensino-aprendizagem, existem diversos métodos que podem auxiliar o trabalho docente, sendo o lúdico um dos mais importantes, especialmente na alfabetização e nos anos iniciais da educação básica. Jogos e brincadeiras bem planejados permitem que os alunos aprendam de forma prazerosa, desenvolvendo simultaneamente aspectos motores, cognitivos, afetivos, sociais e linguísticos. Como destaca Soares (2003, p.18), a alfabetização é um fenômeno complexo e multifacetado, composto por um conjunto de habilidades que se articulam no desenvolvimento integral do aluno. Nesse contexto, a ludicidade surge como uma ferramenta pedagógica potente, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa. Como objetivos apontamos: executar práticas lúdicas que favoreçam o processo de letramento na Educação Infantil; analisar a relação entre ludicidade e aprendizagem significativa; proporcionar atividades que aproximem as crianças da leitura e da escrita; e observar como jogos, brincadeiras e histórias influenciam na construção de sentidos e na participação ativa no processo educativo. A pesquisa fundamenta-se numa metodologia baseada na análise de artigos e textos acadêmicos que discutem o uso de práticas pedagógicas lúdicas no ambiente escolar. Além da revisão bibliográfica, foram consideradas experiências práticas vivenciadas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que permitiram observar diretamente os efeitos da ludicidade na aprendizagem. Os resultados apontam que atividades lúdicas tornam o aprendizado mais significativo, prazeroso e criativo. No artigo “Educação Infantil: o lúdico no processo de formação do indivíduo e suas especificidades”, são apresentados pelo autor teóricos que defendem a importância do brincar na construção da identidade e da autonomia infantil, evidenciando benefícios como o aprimoramento do raciocínio, o estímulo à socialização e a elevação do desempenho escolar. As experiências no PIBID e em estágios supervisionados demonstraram que, ao colocar o aluno como protagonista, a ludicidade favorece a colaboração e o desenvolvimento integral. O professor assume o papel de mediador, propondo desafios que incentivam a construção do conhecimento de forma ativa. Entretanto, apesar das evidências e dos benefícios, ainda há resistência por parte de alguns docentes, especialmente os que se identificam com métodos mais tradicionais, dificultando a inserção do lúdico no cotidiano escolar. Concluímos então que, como futuros profissionais na educação, temos a responsabilidade de reconhecer e valorizar o brincar como parte essencial do processo de letramento. Atividades lúdicas permitem que as crianças apliquem na prática o que aprenderam na teoria, auxiliando o professor no diagnóstico de dificuldades e no replanejamento pedagógico. Assim, constatamos que o lúdico não é apenas diversão, mas parte fundamental do desenvolvimento cognitivo,

social e afetivo da criança, contribuindo para sua formação integral e para uma educação mais significativa.

Palavras-chave: alfabetização; brincar; desenvolvimento; educação infantil.

Referências:

CARDOSO, Maykon Dhonnes de Oliveira; BATISTA, Letícia Alves. Educação Infantil: o lúdico no processo de formação do indivíduo e suas especificidades. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 23, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/23/educacao-infantil-o-ludico-no-processo-de-formacao-do-individuo-e-suas-especificidades>. Acesso em: 25/ 09 / 2025.

MARTINE, Edson e SPECHELA, Luana Cristine. **A Importância do letramento na alfabetização**. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n3/6%20ARTIGO%20LUANA.pdf>. Acesso em 25/09/2025.

MONTEIRO, Lucimeire Jacó; MENEZES, Ivanir Olegário de. **O lúdico no processo de alfabetização**. Disponível em : <https://jaru.fimca.com.br/gerenciador/data/uploads/2022/01/O-LUDICO-NO-PROCESSO-DE-ALFABETIZACAO-2017.pdf>. Acesso em: 25/ 09 / 2025.

SOARES, Magda. Oralidade, alfabetização e letramento. **Revista Pátio Educação Infantil**, ano VII, n. 20º. Jul/Out. 2009. Disponível em: <https://journal.scientificsociety.net/index.php/sobre/article/view/772> . Acesso em 25/09/2025



PIBID: O USO DE LISTAS PARA REFORÇAR A GRAFIA CORRETA DAS PALAVRAS

**FERNANDA MEL MAZZO DA SILVA
MARIA EDUARDA DA SILVA SANTOS
MARY SÔNIA ARAUJO PEREIRA NASCIMENTO
DENISE FERRAZ LIMA VERONEZI**

149

Resumo: A lista é a forma mais tradicional de organizar informações que se conhece, podendo reunir os mais variados e diversificados itens ou qualquer tipo de dados em uma sequência; em sua elaboração pode-se considerar ter ou não uma ordem, com usos variados como: lista de nomes; objetos; compras; tarefas; ingredientes; convidados; presentes e etc. Partindo dessa afirmação o projeto *“Listando coisas”* foi criado objetivando desenvolver a leitura, a escrita e a ortografia de palavras contendo principalmente sílabas simples, com crianças que estão com dificuldades no processo de aquisição e aprendizagem da leitura e da escrita ortográfica, além de desenvolver e ampliar o repertório linguístico destas crianças. A metodologia utilizada para a implementação do projeto listando coisas foi a produção de diferentes tipos de lista em conjunto com alunos previamente definidos de acordo com o nível de aprendizagem ao qual se encontram, onde na prática as listas foram construídas em grupo tanto de maneira coletiva quanto individualmente sempre acompanhado da leitura das listas produzidas com a finalidade de identificar possíveis erros e como resolvê-los. Os resultados obtidos no decorrer do projeto mostraram avanços significativos na leitura, na escrita e na ortografia; na leitura os avanços foram identificados principalmente na leitura de listas de palavras contendo sílabas simples; na escrita os avanços percebidos envolvem o desenvolvimento da escrita correta de palavras e na ortografia pode-se notar a consolidação da aquisição de regras ortográficas, como o uso de dígrafos “ch” e “lh”. Sendo assim podemos concluir que trabalhar com a construção de listas como método de ensino e aprendizagem na alfabetização, provou-se como uma metodologia com muito potencial e eficácia, pois a construção de listas proporcionou repetição e memorização, fundamentais para o aprendizado da ortografia correta das palavras. Além disso, pode ser uma ferramenta útil para professores em sala de aula regular, promovendo a autonomia dos alunos no processo de leitura e escrita.

Palavras-chave: lista; leitura; ortografia; escrita.

Referências:

COLÉGIO TORRICELLI. Escrita correta e comunicação escolar caminham juntas.
Disponível em: <https://www.colegiotorricelli.com.br/escrita-correta-e-comunicacao-escolar-caminham-juntas/>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO LER + Dica 7 - Escrita: listas. [S.l.], [20--]. 1 vídeo (7 minutos e 13 segundos). Disponível em: : <https://youtu.be/O6Y3BX6wmAA?si=cInuT-L3pf45-yYH>. Acesso em: 10 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Língua Portuguesa - gênero textual:

Lista. Portal Conexão Escola. Disponível em:

https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/ensino_fundamental/língua-portuguesa-gênero-textual-lista/. Acesso em: 10 set. 2025.

VICHESSI, Beatriz. Escrita alfabetica: como ajudar as crianças que já produzem registros bem próximos ao convencional. **Nova Escola**. Disponível em:
<https://novaescola.org.br/conteudo/18126/escrita-alfabetica-como-ajudar-as-criancas-que-ja-produzem-registros-bem-proximos-ao-convencional>. Acesso em: 10 out. 2025.

150

PIBID: A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

**EDUARDA KASHIWABUCHI MAXIMO RODRIGUES
JENNIFER FERNANDA BARBOZA DA SILVA
MARY SÔNIA ARAUJO PEREIRA NASCIMENTO**

151

Resumo: A leitura ocupa um lugar fundamental no processo de alfabetização dando amparo e suporte ao mesmo, pois vai além da decodificação de palavras e possibilita à criança construir sentidos, ampliar a imaginação e estabelecer vínculos afetivos com o mundo ao seu redor e o universo literário. Com essa perspectiva, foi desenvolvida através do projeto PIBID com cinco alunos, entre oito e nove anos, do terceiro ano do ensino fundamental, atividades que utilizaram a roda de história como recurso central, com duração de quarenta minutos cada. O objetivo principal da atividade foi despertar o prazer pela leitura, estimular a criatividade e fortalecer a autoconfiança dos alunos em seu percurso de alfabetização. A prática foi dividida em várias etapas onde iniciou-se com a escolha cuidadosa de livros de literatura infantil, lidos em roda de forma coletiva; a escolha dos livros considerou critérios como adequação à faixa etária, linguagem acessível e potencial de estimular a imaginação. Durante a contação, observou-se o grande envolvimento dos alunos, que reagiam com curiosidade, risadas, expressões de surpresa e comentários espontâneos, revelando que a experiência se tornou um momento de troca e compartilhamento repleto de interação e afeto; após a leitura, as crianças foram convidadas a desenhar a cena ou o personagem que mais as marcou; essa etapa promoveu a integração entre a linguagem verbal e a expressão artística, permitindo que cada aluno representasse visualmente sua interpretação da narrativa; a variedade dos desenhos mostrou como cada olhar é singular, revelando sensibilidades e compreensões distintas; na sequência, foi solicitado que escrevessem o nome de seu personagem preferido; evidenciando os diferentes estágios de desenvolvimento da escrita em que cada criança se encontra, pois algumas crianças já escreviam com autonomia, outras arriscavam letras e algumas precisaram de um suporte maior para a realização da escrita como fora solicitado; no entanto todas participaram e se sentiram valorizadas; tal diversidade reforça a importância de práticas que respeitem o ritmo de cada aluno e reconhecem cada tentativa como avanço significativo no processo de alfabetização; ao final, as produções foram compartilhadas com os colegas, o que fortaleceu o sentimento de pertencimento e valorização do esforço individual e coletivo. A análise evidenciou que três alunos escreveram o nome de seus personagens com autonomia, um apresentou escrita silábica com valor sonoro e outro necessitou de apoio direto. Todos produziram desenhos que representaram cenas ou personagens, revelando compreensão da narrativa. Além disso, foi observado maior engajamento nas leituras seguintes e maior disposição em compartilhar ideias oralmente. Esses resultados mostram avanços no processo de leitura, escrita, expressão artística e socialização. Essa prática demonstrou que a leitura, quando associada à arte e à escrita, contribui de maneira significativa para a alfabetização. Mais do que ensinar técnicas de leitura e escrita, alfabetizar é criar experiências afetivas, despertando o prazer de aprender e a confiança em ser leitor e escritor. A roda de história,

nesse sentido, mostrou-se um recurso pedagógico capaz de unir imaginação, afeto e aprendizagem.

Palavras-chave: Palavras-chave: afeto; alfabetização; leitura; produção artística.

Referências:

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & linguística.** 15. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

152

COLOMER, Teresa. **A formação do leitor literário:** narrativa infantil e juvenil atual. São Paulo: Global, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2003.